

ATA DA XIX REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE REABERTURA DA RODOVIA BR-319

No dia 12 de novembro de 2019, às 18h30min, no auditório da Escola Estadual Álvaro Maia, no município de Humaitá/AM, foi realizada a XIX Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Discussão Sobre o Processo de Reabertura da Rodovia BR-319, com a participação das pessoas que assinaram a lista de presença em anexo.

Aberta a reunião pelo **Dr. Rafael da Silva Rocha**, Procurador da República, que, na condição de moderador do Fórum, saudou a todos os presentes. Fez algumas considerações iniciais a respeito da forma como será conduzido o Fórum, notadamente sobre a dinâmica de participação. Evidenciou as premissas do Fórum, quais as suas missões e objetivos, de modo a destacar a sua ideia principal, qual seja: considerando que a BR-319 será repavimentada, deve o Fórum contribuir com a discussão acerca da forma responsável e sustentável que deve ser adotada para que o projeto se desenvolva da melhor forma possível. Salientou que, por ser uma rodovia federal, quem deve executar essas obras é o DNIT, sendo importante lembrar que a estrada foi dividida em trechos. Quanto ao primeiro trecho (do km 0 ao 250), mencionou que já há licença ambiental. Quanto ao trecho do meio (km 250 ao 650), disse que há licença para conservação e manutenção concedida pelo IBAMA, encontrando-se pendente o estudo de impacto ambiental, cuja elaboração compete ao DNIT. No que diz respeito ao trecho do km 650 até Porto Velho, lembrou que também já existe licença para asfaltar, consistindo no trecho com maior trafegabilidade da rodovia.

Assinalou que é importante que não só os órgãos responsáveis pela pavimentação sejam demandados, mas também os outros atores que atuam na governança da BR. Disse que a finalidade da itinerância do Fórum é justamente conhecer as demandas locais, apresentar soluções e intervir para que possam ser sanados os problemas de cada região.

I. Informes:

O **Dr. Carlos Eduardo**, do DNIT, saudou a todos os presentes. Inicialmente, agradeceu a oportunidade de participar do Fórum e a recepção em Humaitá-AM. Disse que o DNIT trabalha com foco na BR-319, esforçando-se ao máximo para realizar sua reabertura, sem perder de vista o desenvolvimento sustentável e os ditames ambientais.

Destacou que estão em fase de conclusão da versão preliminar do EIA-RIMA e do estudo sobre o componente indígena da região. Informou a pretensão de protocolo desses estudos até o final do ano.

Quanto ao lote C, informou a intenção de repavimentação no primeiro semestre do ano que vem.

Quanto ao trecho do meio, disse que já havia sido publicado um certame licitatório com a finalidade de contratar a execução do projeto básico e executivo desse trecho.

O **Dr. Rademacker Chaves**, Vice-prefeito de Humaitá, saudou a todos os presentes. Destacou a importância da repavimentação da BR-319 para o povo de Humaitá. Disse que, naquela região, o povo já estava até mesmo desacreditado quanto a essa reabertura, pois a estrada já se encontra na atual circunstância há muitos anos. Salientou que os municípios do Amazonas enfrentam dificuldades financeiras e que, com a reabertura da BR, haveria maior desenvolvimento econômico para os municípios do sul do Amazonas.

O **Dr. Ley Siqueira**, vereador do Município de Humaitá, deu boa noite a todos os presentes. Disse que a reabertura da BR-319 é o sonho não somente do sul do Amazonas, mas que seria um sonho brasileiro.

Destacou que o Município de Humaitá já sofre devido às demandas locais combinadas com a ausência de estrutura do Estado e da União. Disse que os entraves ao desenvolvimento empresarial inviabilizam o desenvolvimento da região, com criação de emprego e renda.

Citou, também, a responsabilidade do Município com outras áreas sociais, como saúde e educação. Deu, como exemplo, o acordo firmado entre estado e município quanto aos custos da saúde do município de Humaitá. Ressaltou que, nesse pacto, foi previsto que os encargos financeiros seriam repartidos na quota de 50% para cada ente, o que não vem ocorrendo. Disse que o município atualmente arca com cerca de 90% dos custos da saúde, o que não é de conhecimento de parte da população.

Corroborou a fala do Dr. Rafael, no sentido de reafirmar a importância de se atribuir a responsabilidade pelas atividades a cada órgão público respectivo. No mais, pediu desculpas pela ausência do presidente da câmara, disse que este não se fez presente devido a um compromisso em Manaus.

O **Dr. Angel Souza**, representante da associação comunitária do Igapó-Açu, em sua participação, agradeceu a todos os presentes, em especial, ao Dr. Rafael pela oportunidade de participar do evento. Disse que é comunitário da comunidade de Igapó-Açu, que quer contribuir no processo de reabertura, que acompanha esse processo desde criança e que conhece alguns obstáculos que prejudicam o empreendimento.

Ressaltou que é mobilizador social da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Destacou a importância do Fórum, pois a população local vem sentindo a falta da presença do Estado e que essa causa, a da repavimentação da BR, seria uma causa importante a se lutar.

Falou sobre a necessidade de preparação das comunidades para uma futura repavimentação, notadamente no que tange à questão da governança. Defendeu a participação individual dos comunitários no Fórum.

A **Dra. Simone**, Coordenadora Regional do ICMBio com sede em Porto Velho-RO, inicialmente, saudou a todos os presentes. Citou unidades de conservação que pertencem à sua circunscrição e que, de alguma forma, recebem a influência da BR-319.

Trouxe uma mensagem do presidente do ICMBio, no sentido de informar a todos que o órgão está atento às demandas sociais, e que, assim como o IBAMA, também está aguardando os estudos ambientais conduzidos pelo DNIT.

Fez uma breve explicação das atribuições do ICMBio, principalmente sobre sua responsabilidade quanto às unidades federais de conservação. Ao final, colocou-se à disposição de todos com o fim de contribuir para o desenvolvimento regional.

O **Dr. Afonso Lins**, presidente do CREA/AM, agradeceu a oportunidade de participar do Fórum. Sugeriu ao DNIT que fizesse um painel que contemplasse toda a rodovia, de modo que, nessa ilustração, contivesse a divisão dos trechos, as etapas em que se encontra a obra e o procedimento licitatório para cada excerto da rodovia. Disse que essa ilustração traria uma visualização maior do processo de repavimentação, sendo de fundamental importância para o esclarecimento da população.

Indagou sobre a situação do trecho em que houve um problema de judicialização do contrato de manutenção e que se encontrava em péssimas condições de trafegabilidade. Nesse momento, foi respondido que essa questão já foi sanada e que existe uma empresa (Meireles Mascarenhas) trabalhando nos pontos críticos de conservação do asfaltamento.

Ao tempo em que parabenizou o Dr. Rafael pelo excelente trabalho que vem sendo desenvolvido, sugeriu que, após o asfaltamento da BR-319, o Fórum se voltasse para a BR-230, sem esquecer do trecho de Manicoré-AM. Mencionou o termo de cooperação celebrado com o CREA, colocando-o à disposição para sanar eventuais dúvidas que o MPF possua.

Destacou que, acompanhando as redes sociais, viu pessoas comentando que a estrada já seria asfaltada. Todavia, explicou que o certame licitatório que foi aberto era somente do projeto básico e do projeto executivo, sem os quais a repavimentação não ocorrerá, tratando-se de etapa demorada. Nesse sentido, considerou importante esclarecer que não haverá execução de forma imediata.

O **Dr. Alexandre**, presidente da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas - ADAF, saudou a todos os presentes. Agradeceu a parceria que possui com o DNIT e a Secretaria do Estado de Meio Ambiente - SEMA, sobretudo pelo projeto de implantação de barreiras no Igapó-Açu. Disse que esse projeto tem a finalidade de deixar o Estado do Amazonas livre de febre aftosa sem necessidade de vacinação. Ao final, fez uma breve explanação quanto às atribuições da agência, cumprimentou diversas autoridades presentes e se colocou à disposição para qualquer esclarecimento quanto à agência.

O **Dr. Euclides**, presidente da CDL de Humaitá-AM, saudou a todos. Disse que representa a classe empresarial e, por essa razão, não possui muito conhecimento técnico para acrescentar ao já explanado.

Destacou que a estrada não pode ser prejudicial às pessoas que moram ao longo da BR. Disse que elas sofrem com essa situação, momento em que citou como exemplo o sr. Robson Lins, presidente da associação dos agricultores do distrito de Realidade. Ressaltou que ele mora no Km 150 e que faz todo dia um trajeto de 120 Km por uma das piores partes da estrada, levando estudantes do município à escola.

Acentuou que, do ponto de vista socioeconômico da região, o reasfaltamento proporcionará o direito de ir e vir, bem como o crescimento econômico. Defendeu que todos devem contribuir para a sustentabilidade da estrada, mas que a população local será determinante nessa missão.

O **Dr. Rafael**, antes de passar a palavra à plenária, passou a ler uma carta escrita pela Dra. Renée Veiga, gerente de Meio Ambiente da FIEAM, com o seguinte teor: *“Prezados, infelizmente não pudemos nos fazer presentes a esse respeitável Fórum de discussão. Porém, gostaríamos de ratificar o nosso posicionamento quanto à situação da BR-319. Temos buscado apoio dos nossos parlamentares à causa, promovido constantemente o debate com os nossos empresários, e, com o apoio da Confederação Nacional da Indústria, buscado exercer nosso papel de articulação para demonstrar a relevância do tema e das questões positivas e negativas a ele relacionadas.*

Para o setor produtivo, a BR-319 está diretamente relacionada à necessidade de modal rodoviário viável, de maneira a permitir uma alternativa logística com custos mais baixos e tempos menores, uma vez que escoamento de produção, assim como o recebimento de componentes e outros, é prejudicado pelos já conhecidos limitadores logísticos da região, que tem seus custos imensamente elevados pela falta de alternativas. Da mesma forma, as questões sociais são latentes, visto que as populações que estão situadas ao longo da rodovia, e mesmo aquelas que necessitam utilizá-la, tem seu direito de ir e vir tolido por não estar em condições adequadas de trafegabilidade, colocando em risco iminente quem a utiliza.

Não desejamos, porém, que a estrada seja feita sem observar os critérios que garantem a manutenção da nossa biodiversidade, e nem que haja uma expansão de ocupação desordenada e muito menos o desmatamento desenfreado. Apesar da questão atinente à infraestrutura, o viés ambiental, assim como o social, é muito presente na discussão, pois a possível afetação direta ao meio ambiente sempre foi o principal argumento defendido para burocratização do processo de licenciamento ambiental.

Assim, é necessário que se traga à baila essa discussão para que se conheça e analise a perspectiva e a situação atual, no intuito de propor soluções para equilíbrio ambiental aliado ao desenvolvimento do país. Entendemos todos os vieses implícitos à temática, mas acreditamos que seja possível encontrar uma solução conjunta para a questão.

Esse é o papel desse Fórum, a construção conjunta de uma governança territorial participativa e sólida, que nos dê garantia tanto do ponto de vista da infraestrutura quanto nos aspectos ambientais e sociais. Acreditamos que a repavimentação da BR-319 possibilitará a integração do Amazonas e de Rondônia ao restante do país, permitindo o escoamento de carga, recebimento de mercadorias, barateamento do custo de vida das populações e assegurando o direito de ir e vir das pessoas. A rodovia já existe e, mesmo em condições precárias, é trafegável durante uma parte do ano.

As comunidades que estão localizadas no decorrer da rodovia precisam ter condições dignas de trafegabilidade. O asfaltamento e a manutenção das condições de trafegabilidade possibilitarão melhoria do acesso do próprio poder público às áreas, permitindo a fiscalização e atuação dos órgãos ambientais e de controle.

A federação das indústrias do Amazonas apoia o Fórum da BR-319 e parabeniza todas as instituições envolvidas pelos trabalhos de alto nível que se apresentam nas sessões. Gostaríamos também de parabenizar o Dr. Rafael Rocha, que tem sido incansável no debate, atuando de forma isenta, imparcial e técnica, sempre disponível a ouvir proposituras e analisá-las sobre todos os aspectos, propiciando com seu trabalho uma reflexão aprofundada de todos os panoramas atinentes a demanda. Boa reunião a todos e contem conosco na defesa de nosso estado”.

O Dr. Rafael, antes de passar a palavra aos inscritos, fez mais algumas observações quanto à dinâmica do evento.

II. Debates:

II.1) 1º Bloco

O **Dr. Macedo**, Cientista Social, em suma, disse que foi boa a ideia de pessoas, como o Dr. Rafael, terem vindo pela rodovia, pois é interessante que todos conheçam as dificuldades enfrentadas pelos moradores ao longo da BR. Chamou a atenção de todos, no sentido de esclarecer que a repavimentação da estrada, embora existam detalhes técnicos ainda a serem enfrentados, está mais próxima. Disse também que o estudo de impacto ambiental (EIA) está no IBAMA, que o que houve foi uma solicitação de complementação realizada pelo IBAMA ao DNIT.

A **Dra. Aldenora Conceição**, do ramal Floresta, disse ser moradora da BR-319, em seu Km 59. Pediu para que se olhe com carinho para o ramal da floresta, que se encontra intrafegável. Informou que já foram feitos vários ofícios pedindo a SEMINF, a SEPRO e até mesmo ao governo do Estado, mas que até agora não obteve resposta. Disse que lá residem crianças e mais de 30 idosos, salientando a grande necessidade do ramal na região. Informou que trouxe fotos da área, além de cópia dos ofícios enviados.

Na oportunidade, o **Dr. Rafael** perguntou se a Dra. Aldenora era moradora de assentamento do INCRA. Ela respondeu que sim. Nesse momento, o membro do MPF explicou que o órgão responsável pelo asfaltamento era o INCRA. Disse que receberia a documentação e se comprometeu a encaminhar a demanda ao órgão responsável.

A **Dra. Kelly Ambrósio**, do CREA/AM, saudou a todos os presentes. Disse que é engenheira civil de formação, conselheira do Conselho Regional de Engenharia do Amazonas e que estava lá a convite do Dr. Afonso. Destacou que morou em Humaitá nos anos de 2010 e 2011, momento em que recordou que seu percurso de retorno à Manaus, à época, durava 48 horas. Falou que trabalhava com diversos órgãos federais e estaduais e que teve a oportunidade de conhecer vários municípios do interior do estado do Amazonas e em outros estados. Diante disso, afirmou que ficou muito triste por perceber a dificuldade que os moradores do interior do Amazonas têm em se deslocar.

Disse que os órgãos que participam do Fórum devem se mobilizar para que este cenário mude, tanto o CREA/AM, como MPF, entre outros. Salientou que não vê o mesmo interesse de desenvolvimento no Estado do Amazonas, como ocorre nas outras regiões do país.

Ao final, parabenizou a todos, sobretudo a população local que está se manifestando para ver o progresso do estado do Amazonas.

O **Professor Ivo Dias**, por sua vez, cumprimentou a todos os presentes. Lamentou a falta do presidente da Câmara, que, por uma incompatibilidade de agenda, não pôde se fazer presente. Salientou a relevância do tema debatido e disse que as Câmaras de vários municípios do sul do Amazonas já se reuniram em prol da efetivação do direito de ir e vir e do apoio à repavimentação da BR.

O **Dr. Marcos Lise**, Vice-Prefeito de Apuí, ressaltou que, antes de existir as unidades de conservação e reservas florestais ao longo da estrada, lá já existiam famílias com sonhos ceifados pelo abandono do governo federal.

Defendeu que é importante a questão ambiental, mas que o direito de ir e vir daquela população deveria ser encarado como prioridade. Disse que, embora não seja diretamente interessada na repavimentação da BR, a população de Apuí será beneficiada com o asfaltamento.

Ao final, fez um apelo aos órgãos ambientais para que se sensibilizem com as pessoas que moram na região, pois seria um sonho realizado ver a estrada efetivamente pavimentada.

Como não foi feita nenhuma pergunta endereçada à mesa, o **Dr. Rafael** deu continuidade à manifestação da plenária.

II.II) 2º Bloco

A **Dra. Juliana Miranda**, da FGV, inicialmente cumprimentou a todos os presentes. Disse que se manifestou somente para perguntar como é feita essa comunicação do processo do edital para contratação de uma empresa simultaneamente ao processo do EIA/RIMA, que ainda está em análise.

A **Dra. Ocimey Laborda**, do Km 217, perguntou ao Dr. Rafael quem poderia ajudar a sua comunidade. Disse que os municípios de Borba e Beruri recusam prestar ajuda. Salientou que a população da comunidade é brasileira e amazonense, indignando-se com o fato de não terem direitos reconhecidos pelo Estado. Exemplificou dizendo que a escola funciona em sua casa, contando com o apoio da comunidade para que as crianças estudem.

O **Dr. Raimundo Parintintin**, Coordenador da operação indígena Parintintin do Amazonas, fez um esclarecimento quanto ao posicionamento do povo Parintintin. Disse que sua tribo é favorável à pavimentação, pois será beneficiada indiretamente pelas obras. Quis deixar claro que não é o seu povo que está atrasando a evolução do projeto, mas, sim, os entraves burocráticos da legislação. Ressalta que permanece à disposição para o diálogo.

O **Dr. Rafael Pereira**, do ICMBio, pediu licença aos integrantes da mesa para não falar em nome do ICMBio. Salientou que, ouvindo diversas pessoas falando sobre a região de Humaitá e considerando seu próprio conhecimento sobre a região, reconhece que a cidade é ponto estratégico do sul do Amazonas. Disse que, devido a isso, a cidade recebe várias pessoas das mais variadas localidades, de modo que o município deveria ter um apoio maior para fazer frente a essas demandas.

Na ocasião, lembrou que Humaitá não tem coleta regular de lixo, conta com hospital com estrutura insuficiente e não tem esgoto sanitário.

Perguntou ao Dr. Rafael se existe alguma iniciativa para que sejam sanadas as demandas e se há um plano diretor para o município de Humaitá. Ressaltou que, caso se concretizem as previsões quanto à repavimentação, muito em breve aumentará a circulação de pessoas na região de Humaitá e de Lábrea, de modo que será necessário que a estrutura local acompanhe essas novas necessidades.

O **Dr. Roberto Silva**, representando a Claro S/A, disse que, desde 1988, a empresa vem construindo suas bases, atualmente existindo 23 estações ao longo da BR. Ressaltou que a Claro é solidária à causa do povo interessado na repavimentação da BR e que permanece à disposição para qualquer esclarecimento.

Ao término do segundo bloco de manifestação, foi retornada a palavra à mesa para que fossem respondidos os questionamentos.

O **Dr. Rafael**, em resposta à Dra. Ocimey, esclareceu que não era uma pergunta simples de ser respondida, até porque não teria elementos suficientes para dizer qual era o município responsável pelos serviços públicos básicos daquela região. Todavia, ressaltou que já havia sido levantada em outras oportunidades do Fórum uma questão bem parecida. Disse que, com relação à escola da comunidade do Igapó Açú, a comunidade havia entendido que seria mais adequado ela ficar sob responsabilidade do município de Manicoré, posição encampada pelo MPF e que gerou efeitos positivos, na medida em que a prefeitura construiu uma escola.

Pediu à Dra. Ocimey que fornecesse mais informações e pesquisasse junto à comunidade qual a prefeitura seria a mais adequada, mais próxima e com mais condições de atender à demanda, para que o MPF analise a proposta e tome alguma providência nesse sentido. Nesse ínterim, disse que seria possível a adoção de soluções pontuais para demandas específicas, como a questão da escola na casa dela.

Nesse momento, o **Dr. Afonso** disponibilizou o CREA/AM para fazer o georreferenciamento do local com o fim de descobrir a que município pertence a comunidade.

O **Dr. Carlos Eduardo**, do DNIT, em resposta à Dra. Juliana, evidenciou que, de fato, o projeto básico e o executivo em algum momento vão ter que se entrelaçar com os Estudos de Impacto Ambiental. Disse que esses projetos demandam tempo, momento em que ressaltou que as propostas serão recepcionadas somente no mês de novembro. Acentuou que os estudos complementares do EIA/RIMA serão aprovados até o início do primeiro semestre. Esclareceu que o DNIT está acompanhando esse ponto e tanto o projeto quanto o estudo estão em sintonia.

O vice-prefeito de humaitá, **Dr. Rademacker Chaves**, em resposta ao Dr. Rafael Pereira do ICMBio, disse que Humaitá está se preparando na parte estrutural. Disse que, hoje, o município se destaca nas ações que vem sendo desenvolvidas. Entretanto, disse que essa questão do saneamento básico precário é um problema brasileiro, e com o Estado do Amazonas não é diferente. Ressaltou que Humaitá possui um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o MPF tratando dessa questão.

Defendeu que a prioridade é a preservação da qualidade de vida das pessoas que moram ao longo da BR. Disse que ficou feliz de saber que em um futuro breve a BR será asfaltada, pois esse empreendimento ajudará o município, principalmente na parte econômica.

O **Dr. Afonso** destacou que o aumento da população de Humaitá já vem ocorrendo há anos. Disse que, depois que foi inaugurado a ponte Humaitá - Porto Velho, esse fenômeno já foi iniciado, e que esse projeto de infraestrutura já deveria estar em fase de execução. Acentuou sua preocupação com os municípios de Lábrea e Manicoré, que serão impactados pelos projetos previstos.

O **vereador Ley Siqueira** pediu a ajuda do MPF, do Fórum da BR e de outros órgãos que possam auxiliar no sentido de melhorar a infraestrutura da cidade de Humaitá. Disse que, como parlamentar Municipal, envidará esforços para fazer todo o levantamento necessário das demandas, de forma a atribuir a responsabilidade pela execução das políticas públicas a quem de direito. Ressaltou que de nada adiantaria o planejamento se não houver recursos financeiros para sua execução, não podendo a responsabilidade recair apenas sobre os municípios.

O **Dr. Rafael Rocha**, por sua vez, disse que o parlamentar poderia contar com o MPF, bem como com o Fórum da BR-319. Disse que o seu pleito será recepcionado e que faz votos de que o trabalho de levantamento de demandas seja bem-sucedido, tornando-se modelo para os demais municípios.

O **Dr. Angel Souza** ressaltou que a questão do desenvolvimento das regiões afetadas é uma preocupação constante da FGV. Comentou que esse problema não é somente de Humaitá, mas de diversas comunidades que vivem ao longo da BR.

Com relação à fala da Dra. Ocimey, disse que a FGV mapeou a comunidade dela e que pretende fazer os acompanhamentos necessários para auxiliá-la.

II.III) 3º Bloco

O **Dr. Jhon Auler**, vereador de Humaitá, cumprimentou a todos os presentes. Acentuou que o município de Humaitá é um dos municípios do País com maior índice de desenvolvimento. Com relação ao município de Lábrea, disse que, por mais que ainda não tenha sido aberta a BR, já se tem tráfico de drogas naquele Município. Perguntou se os órgãos que estariam tão preocupados com o futuro, assim também estão com o presente. Ressaltou que percorreu 50% da estrada a pé, junto com o movimento Brasil Livre (MBL).

Disse que fez um requerimento ao DNIT para a construção de duas passarelas para passagem de pessoas entre a rotatória de Humaitá e a rotatória da SEFAZ, onde há dois conjuntos habitacionais e uma escola em tempo integral. Incentivou uma pessoa presente no evento que plantava mandioca e cupuaçu, disse que esse era um direito dela e que ela deveria continuar exercendo.

O **Dr. Carlos Terrinha**, representante da OAB/RO, inicialmente saudou a todos os presentes. Falou que é genuinamente humaitaense, que trabalhou na BR-319 nos anos de 1969/1970, que acompanhou o projeto inicial da estrada e que estava na inauguração da BR em 1975. Destacou que o que falta atualmente para a repavimentação é somente vontade política. Disse que todos deveriam se unir para que a repavimentação da estrada saia o quanto antes. Ao final, defendeu que a BR-319 seja repavimentada pelo Exército Brasileiro.

O **Dr. Macedo**, da Pró-Sul, disse que os dados que foram apresentados são de um cronograma factível. Disse que concorda com o que foi dito, ressaltando que as coisas estão finalmente acontecendo. Acentuou que o desafio que Humaitá-AM está enfrentando é positivo, que seria um problema se o município estivesse enfrentando o subdesenvolvimento.

Comentou que as unidades de conservação do ICMBio já foram afetadas pela BR, momento em que elogiou o trabalho que vem sendo feito no Fórum em fomentar a governança. Disse que, inevitavelmente, o grande desafio será o exercício dessa governança na estrada.

Ressaltou que tanto o IBAMA, o ICMBio, a SEMA, entre outras entidades, vêm trabalhando diuturnamente na concretização da BR-319.

Defendeu que o processo de reasfaltamento da BR está caminhando com celeridade, e que, de nenhuma forma, existe interesse em atropelar normas que norteiam o procedimento de licenciamento, consulta aos povos indígenas ou qualquer outra etapa necessária para a repavimentação.

Fez uma explicação para a sra. Ocimey no sentido de que o pedido de asfaltamento do ramal que dá acesso ao seu terreno terá mais força assim que a BR-319 for repavimentada.

A **Dra. Edneuzia Gouveia** fez uma lembrança de sua história junto à BR-319. Fez um apelo para que a estrada fosse repavimentada para que outras pessoas não precisem passar o que os moradores da região tiveram que passar no passado. Disse que o asfalto da BR não teria sido quebrado e, sim, retirado.

Ressaltou que a gestão da saúde pública de Humaitá não era boa, momento em que fez um relato de um fato que ocorrera consigo, em 02 de novembro de 2019, visando demonstrar a desídia dos médicos e da gestão do Hospital.

O **Dr. Roberto Heitor**, estudante do curso de Engenharia Ambiental da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, saudou a todos os presentes. Em sua participação fez somente dois pedidos: transparência na produção do Estudo de Impacto Ambiental e comprometimento com o planejamento de programas de monitoramento, para que não sejam focados apenas em mitigar os impactos negativos, como também na produção de impactos positivos.

O **Dr. Darlison Maria**, membro do Grupo Liberal Conservador de Humaitá, agradeceu as falas anteriores. Lembrou que a questão do asfaltamento é séria e que vidas de inúmeras pessoas estão em jogo. Disse que já ouviu por diversas vezes que a estrada seria asfaltada, mas sem observar nada de concreto. Evidenciou que participou da caminhada na BR liderada pelo Movimento Brasil Livre e que, durante a marcha, viu pessoas que moram ao longo da estrada que passam necessidades. Testemunhou pessoas que declaram passar mais de 4 meses sem sequer sair de casa. Comentou ter ouvido relatos de pessoas no sentido de que o asfalto foi retirado do local em que residem.

O **Dr. Nelson Gouveia** saudou a todos os presentes. Relatou que, no passado, teve a oportunidade de trafegar pela estrada em boas condições. Fez um relato de sua história com a BR-319. Lamentou ao dizer que viu a destruição da BR.

Ao final, parabenizou o Dr. Rafael e todo o Fórum por continuar debatendo a repavimentação da estrada, levar essa discussão aos interessados e oportunizar a manifestação de todos.

O **professor Erivan Dias** disse que era preciso desmistificar a história da BR-319. Perguntou ao ICMBio quem paga as ONG's que atuam na Amazônia. Disse que fez especialização em educação para o desenvolvimento sustentável e tem a plena certeza de que o Amazonas é o local em que mais se preserva o meio ambiente no mundo. Disse que o povo é enrolado com os Estudos de Impactos Ambientais e que há mais de trinta anos esses estudos são feitos.

Parabenizou a equipe do Fórum, que é uma das poucas que querem realmente a repavimentação da BR. Na ocasião, perguntou ao Dr. Carlos Eduardo qual o motivo da morosidade para se concluir o EIA/RIMA e o licenciamento do Trecho do Meio.

A **professora Viviane Vidal**, em sua participação, perguntou à Dra. Simone do ICMBio se o órgão teria, no seu planejamento, algumas ações de governança para as unidades de conservação federais que estão ao longo da BR.

Após os questionamentos da plenária, foram iniciadas as considerações finais pelos integrantes da mesa.

O **Dr. Rafael** fez diversos agradecimentos, notadamente à SEDUC, à Dra. Dionéia, à SEMA, à Polícia Militar, ao Marcelo (pela condução da equipe na estrada) e à presença de todos.

O **Dr. Carlos Eduardo** agradeceu a oportunidade de poder participar do evento e ouvir a história de vida de todos que se manifestaram. Em resposta aos questionamentos, disse que o DNIT hoje visa dar celeridade ao empreendimento, entretanto, sem desconsiderar a legislação vigente. Ressaltou que a BR está tanto no PRDA do Estado quanto no planejamento do Governo Federal, e que hoje esse projeto é uma das prioridades do governo.

Em resposta ao professor Erivan, disse que não há culpados por esse atraso. Destacou que está sendo cumprido o cronograma com a celeridade necessária, mas sem descumprir o legalmente previsto.

Quanto às passarelas, disse que anotou a questão e que levará a demanda à área técnica, para ver, principalmente, qual órgão detém a competência nesse caso.

Agradeceu novamente a oportunidade de participar da reunião e a parceria que possui com o governo do estado e com a ADAF. Ao final, ressaltou a importância do Fórum na implementação da governança.

O **Dr. Rademacker Chaves** agradeceu a presença de todos e parabenizou o Dr. Rafael pelo excelente trabalho que vem sendo realizado. Ressaltou a importância da comunidade na participação dessas audiências públicas, para que todos tenham conhecimento do que está ocorrendo.

O **Vereador Ley Siqueira** disse que saiu da reunião com o sonho renovado. Comentou que o nível das discussões foi muito bom e disse que já está superada a questão se BR sairá ou não, sendo que o atual objeto dos debates são os impactos decorrentes desse empreendimento. Ressaltou a importância da união, pontuando que o município de Humaitá será um dos mais beneficiados pela BR. Disse que deve ser respeitada a legislação, mas que acima de tudo deve ser prestigiada a população que tanto espera por esse empreendimento.

O **professor Angel** agradeceu a oportunidade de participar do evento e disse que também era um sonhador da BR-319. Complementou sua fala dizendo que não somente sonhava, mas que também trabalhava para essa concretização. Finalizou dizendo que acredita que, se cada um fizer sua parte, esse sonho se tornará realidade.

A **Dra. Simone**, do ICMBio, em resposta à Viviane, disse que o órgão era uma autarquia do governo federal e não uma ONG, como muitos pensam. Ressaltou que o ICMBio busca retomar a governança das unidades de conservação do sul do Amazonas, havendo projetos para 2020 e 2021 nesse sentido.

Relembrou que ocorreu um fato em 2017 que prejudicou a gestão das UC's, que foi a destruição das instalações do órgão em Humaitá-AM. Disse que o ICMBio necessita do apoio da população, assim como a população precisa das atividades executadas pela autarquia, evidenciando que esse apoio mútuo é fundamental para o desenvolvimento da região.

Ao final, agradeceu e colocou o ICMBio à disposição para qualquer esclarecimento, destacando que, tão logo demandada, a autarquia cumprirá o seu papel.

O **Dr. Rafael Pereira** ressaltou que haverá, no dia 21 de novembro de 2019, em Humaitá, uma audiência pública, conduzida pelo ICMBio e o Serviço Florestal Brasileiro, para a discussão da concessão florestal da floresta Nacional de Humaitá.

O **Dr. Afonso**, do CREA/AM, fez diversos agradecimentos. Agradeceu, também, ao Dr. Rafael Rocha pela oportunidade de o CREA/AM poder fazer parte da mesa e contribuir para o debate.

Na ocasião, fez uma lembrança de uma viagem feita pela BR-319, em 2002, com duração de 48 horas para percorrer o trecho. Disse que, nessa época, quem fazia a manutenção da BR-319 era a Embratel, e não o DNIT. Disse que a Embratel contratava pessoas da região para manter a trafegabilidade do local.

O **Dr. Alexandre**, da ADAF, ressaltou que a agência faz parte do sistema SEPROR (Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas). Disse que esse órgão é responsável pela promoção e elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento do setor rural, sendo a ADAF um dos órgãos executores. Evidenciou que o Amazonas, notadamente a região de Humaitá, dá exemplo de empreendedorismo.

Disse que, naquele dia mesmo, em Humaitá, havia visitado um frigorífico que empregará diretamente pelo menos 100 pessoas, mais os empregos indiretos que promoverá. Disse que visitou também uma área de plantação de soja, de forma a demonstrar a relevância da produção local e das pessoas que estão apostando na região. Ressaltou, além disso, a importância da agricultura familiar, que precisa de apoio para escoar a sua produção.

Enalteceu o trabalho que o MPF vem conduzindo nesse processo de discussão, convencimento, troca de experiências e esclarecimento da sociedade.

O **Dr. Euclides**, presidente da CDL de Humaitá, agradeceu a oportunidade de participar do evento. Ressaltou a importância da fala do Dr. Rafael, notadamente a responsabilidade que vem com a reconstrução da BR.

Disse que veio de um Fórum realizado há um mês e meio e que um dos palestrantes era o Ministro Paulo Guedes. Ressaltou que, nesse fórum, o ministro destacou que “*em vinte anos o combustível fóssil não terá mais utilidade*”.

Argumentou que existe uma revolução chamada de 4.0, que trata de uma integração de todos os setores de tecnologia e da sociedade. Acentuou que existe uma estimativa de que, nos próximos 20 anos, 65% da mão de obra existente na área do comércio de bens e serviços se perderá com essa integração.

Destacou que pensa como empreendedor e que deveríamos pensar no que acontecerá daqui a 15 a 20 anos, de modo a imaginar desafios maiores.

O **Dr. Rafael Rocha**, Procurador da República, por sua vez, destacou que, no Fórum, não deveria haver posições antagônicas. Disse que é um espaço de discussões, de modo a permitir que diversas pessoas sejam ouvidas, todas visando um futuro melhor.

Defendeu que as audiências devem possuir efetividade, de forma que delas decorram ações concretas e decisões no sentido de contribuir efetivamente para o projeto da rodovia.

Em relação à presente reunião, resgatou a fala do vereador Ley Siqueira, comentando que também estava bastante satisfeito com o alto grau da discussão. Ressaltou que, além do conhecimento técnico dos participantes, houve a importante oportunidade de ouvir as pessoas que moram na região. Evidenciou que essas pessoas são diretamente impactadas e precisam fazer o seu relato histórico para contribuir com o debate.

Rememorou que o Fórum é uma continuação e a face visível da RETA (Rede Transdisciplinar da Amazônia), conforme anteriormente mencionado pelo Dr. Angel. Disse que, mesmo sem saber, diversos órgãos públicos, entidades e membros da sociedade civil já são membros da RETA, e que, se ainda não eram, passam a ser nesse momento pelo engajamento no Fórum.

Sobre a transparência, ressaltou que o processo de licenciamento da BR-319 é muito peculiar, deixando claro que o fórum não substitui o licenciamento ordinário. Disse que o licenciamento tem mecanismos próprios, explicando que a realização de diversas audiências públicas faz parte desse rito. Disse que, nesse sentido, o fórum antecipa muitas discussões, influenciando positivamente no trabalho dos órgãos.

III. Encaminhamentos:

Ao final, o Dr. Rafael agradeceu a presença de todos e propôs os seguintes encaminhamentos:

1. Para as próximas reuniões, a confecção de um painel de informações, elaborado pelo DNIT, contendo apontamentos sobre a etapa em que se encontram o andamento e o licenciamento da obra.
2. Ofício ao INCRA requisitando providências sobre a situação do Ramal da Floresta.
3. Solicitar os levantamentos que o Vereador Ley Siqueira se comprometeu em fornecer, cujo tema será: Políticas Públicas e Planejamento Urbano do Município de Humaitá.
4. Próxima reunião será no edifício anexo do MPF, na Av. Efigênio Sales, nº 1570, no dia 09 de dezembro, às 09h.